

NOTAS EXPLICATIVAS

31 de Dezembro de 2026

1. CONTEXTO OPERACIONAL

HORIZONTE COMEX LTDA Pessoa jurídica de direito privado foi constituída em 19 de Dezembro de 2025, inscrita no CNPJ: 64.145.168/0001-78, estabelecida à Rua Cravo, 155, Vila Nova, Vila Velha, ES.

1.1. Informações do Seguimento

A empresa definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio, tendo como objetivo social os segmentos operacionais apresentados a seguir:

- 46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
- 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
- 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
- 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
- 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
- 45.41-2-02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
- 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
- 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
- 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
- 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
- 46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
- 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
- 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
- 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
- 46.79-6-02 - Comércio atacadista de mármore e granitos
- 46.89-3-02 - Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados
- 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
- 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, NBCTG 1000 aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - Resolução CFC 1255/09. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é feita de acordo com as Resoluções do CFC, e

requer que a Administração faça uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.1. Conjunto de Demonstrações Contábeis

De acordo com o CPC 26 as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a muitos usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- (a) ativos;
- (b) passivos;
- (c) patrimônio líquido;
- (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
- (f) fluxos de caixa.

Com base na NBC TG 1000, Resolução CFC nº 1255/2009 a empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DR), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

2.1.1. Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica, como apresentado nessa demonstração da posição patrimonial e financeira. Eles são definidos da seguinte maneira:

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.
- b) Passivo é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos.
- c) Patrimônio líquido é o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.1.2. Demonstração de Resultado

A Demonstração do Resultado é destinada a evidenciar a composição do resultado e tem como objetivo principal apresentar de forma vertical e resumida, o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período de operações da entidade.

2.1.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta o resultado da entidade para um período contábil, os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período, os valores investidos pelos proprietários e os dividendos e outras distribuições para os proprietários durante o período.

2.1.4. Demonstração De Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados fornece informações acerca das alterações ocorridas na conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme artigo 186 da Lei nº 6.404/76, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial; as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

2.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

2.1.6. Notas Explicativas

As notas explicativas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações.

2.2. Características qualitativas das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência e dentro das exigências da NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC nº 1374/2011.

2.3. Ativo circulante

O ativo circulante representa as disponibilidades financeiras, os bens e direitos que deverão ser convertidos em dinheiro, vendidos ou consumidos em curto prazo. No ativo circulante são registrados os elementos com maior grau de liquidez.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Provenientes dos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo atualizado com os rendimentos obtidos até a data de fechamento do balanço. Os rendimentos das aplicações financeiras são registrados na rubrica Receitas financeiras da demonstração do resultado do exercício.

2.5. Realizável a curto prazo

No Curto Prazo registra-se os direitos a receber no prazo de até 12 (doze) meses, representados pelas seguintes contas Duplicatas a Receber, Impostos a Recuperar e outros Créditos.

2.6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.7. Tributos a compensar ou recuperar

Os créditos fiscais são provenientes de pagamentos indevidos ou a maior de INSS, IRRF, FGTS, e demais impostos e contribuições, sobre os serviços prestados e vendas, sobre serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas ou sobre a folha de pagamento. Esses créditos serão restituídos ou compensados com bases de cálculos credoras de tributos.

2.8. Ativo não circulante

São registrados todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade.

2.9. Direitos realizáveis

São classificados neste grupo as contas de bens e direitos da empresa cujas realizações se darão no longo prazo (após o término do exercício seguinte).

2.10. Créditos diversos

2.10.1. Adiantamento de lucros

A sociedade poderá levantar balanços intercalares mensais, trimestrais ou semestrais para apuração de resultados. Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos sócios mensalmente ou em qualquer período. Os valores presentes na conta referem-se a valores adiantados aos sócios, porém não distribuídos até o fim do exercício.

2.10.2. Distribuição de lucros

Os lucros ou prejuízos verificados, depois de feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas e ajustado pela antecipação de lucros, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de cada quotista no capital social; podendo ainda serem distribuídos ou suportados na forma por eles deliberada, independentemente da participação no capital social, devendo neste caso esta deliberação ser especificada em termo próprio, assinado por todos os sócios.

2.11. Passivo Circulante

Passivo Circulante corresponde às contas que sejam realizáveis dentro do exercício social da empresa, prazo este de 12 meses da demonstração do balanço patrimonial. Também é conhecido como exigível a curto prazo. Compreendem as obrigações fiscais e previdenciárias, empréstimos e provisões constituídas.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores referem-se às obrigações a pagar por bens e serviços, normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente, líquidas dos valores já pagos.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor, puder ser mensurado de forma segura. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses e classificados como não circulante caso contrário.

2.14. Benefícios a empregados

Os funcionários da empresa são registrados sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O recolhimento das suas remunerações e dos encargos trabalhistas é calculado na forma, a saber:

- a) Salários e provisões trabalhistas - calculados pelo regime de competência de exercícios, considerando os dias trabalhados sem descontar as faltas justificadas, nos termos da CLT antes mencionada; e,
- c) Encargos sociais - calculados com observâncias das leis previdenciárias e do regime de competência de exercícios.

2.15. Provisão para contingências

Com base nas informações da administração é feita avaliação periodicamente verificando a necessidade de ajustar a provisão para contingências passivas para as perdas consideradas prováveis unificadas por classes, adicionando novas ações ou mudanças nas estimativas de perdas e baixando os valores utilizados ou revertidos. Contingências passivas avaliadas com risco de perda possível não requer nenhuma contabilização, mas são mencionadas em nota explicativa, e, as avaliadas com risco de perda remota não são nem mencionadas. As contingências ativas, mesmo estimadas pelos consultores jurídicos como ganho provável, não são contabilizadas até que sejam consideradas como praticamente certas.

2.16. Patrimônio Líquido

Corresponde à riqueza de uma organização, o que ela possui descontadas as contas a pagar. Representa a fonte interna de recursos da empresa e o quanto seus proprietários têm investido na companhia. Registra o valor contábil pertencente aos acionistas ou quotistas, formado pela classificação de capital social, reservas diversas, lucros ou prejuízos acumulados gerados pela empresa.

2.17. Resultado do exercício

A empresa adota o regime de competência de exercícios, para reconhecer as receitas e despesas

Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

As despesas incorridas ou a serem incorridas são mensuradas quando estas proporcionam confiabilidade para a empresa.

As receitas financeiras provêm de juros sobre aplicações financeiras, descontos financeiros ativos e juros e congêneres, e são reconhecidas conforme o prazo decorrido e à medida que há expectativa de realização, sempre em linha com as taxas efetivas de juros aplicados.

As despesas financeiras são decorrentes de despesas bancárias e de juros e multas passivas, e são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

2.18. Determinação e destinação do resultado do exercício

O resultado foi apurado segundo o regime de competência onde os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem. Foram ainda consideradas as legislações específicas e demais legislações aplicáveis tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com as normas internacionais de contabilidade conhecidas como IFRS. Ao final do exercício os lucros apurados são distribuídos como dividendos aos sócios e ou transferidos para o patrimônio líquido na conta de reservas de lucros, se caso prejuízo é mantido na conta de Prejuízos Acumulados.

2.19. Instrumentos financeiros

A empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado; empréstimos e recebíveis; e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.20. Tributação da empresa

No exercício de 2026 a empresa foi tributada na forma do Lucro Trimestral.

3. Livro Diário

As demonstrações contábeis presentes nesse relatório foram extraídas dos registros contábeis da empresa.

4. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (Oito Centos mil reais), dividido em 800.000 (Oito Centos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00.

Quadro Societário	2026
RICARDO ALVES AGUILAR	100%

5. Responsabilidade Administrativa

A empresa assume plena responsabilidade pela fidedignidade da presente demonstração Contábil.

Era o que tínhamos a informar e esclarecer em adendo as Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 30/06/2026.